



UNICAFES

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

FINANÇAS E ACESSO A CRÉDITO

20

23

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços na inclusão financeira nos últimos anos no Brasil, grande parte das organizações cooperativas e empreendimentos de menor porte, ainda encontram dificuldades de acesso ao crédito produtivo para conseguirem alavancar seus negócios.

O crédito para estes empreendimentos funciona como ativador de iniciativas de produção, transformação e comercialização. Por meio dele, é possível realizar investimentos, como: obras, reformas, compras de máquinas e equipamentos, custear a produção, seja para a compra de insumos e outras despesas relativas ao ciclo produtivo, como também, facilitar a comercialização da safra, auxiliando na proteção de preço, estocagem, compra e venda dos diversos produtos derivados da produção agrícola, pecuária, extrativista, pesqueira, entre outras.

No entanto, para boa parte das organizações cooperativas associadas ao Sistema Unicafes, o acesso ao crédito ainda é restritivo, seja pelo desconhecimento das informações relacionadas a política nacional de crédito rural, exigências de garantias reais, dificuldades de relacionamento com as instituições financeiras, além, de propostas de financiamento pouco qualificadas.

O somatório, destas e outras dificuldades, contribuem para que as cooperativas de pequeno porte tenham baixo índice de acesso ao crédito rural, ou seja, para mais de 80% das pequenas cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária o acesso ao crédito continua sendo um dos principais entraves para que as cooperativas cresçam e consigam se desenvolver.



QUALIDADE DO CRÉDITO

Para estes pequenos produtores (agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, extrativistas, quilombolas e povos originários) e suas organizações cooperativas, o que mais interessa é a qualidade do crédito, ou seja, taxas de juros mais acessíveis, carência e prazos melhor ajustados a realidade produtiva e, maior flexibilidade na empregabilidade do dinheiro.

Tanto para agricultores familiares, quanto para cooperativas, tais mudanças na lógica do crédito se justificam devido as condições diferenciadas em que estes atores sociais atuam, se comparados a aqueles que atuam na chamada economia de escala no campo.

São produtores que possuem pequenas áreas de terras, terrenos de difícil acesso e baixa fertilidade, atividades produtivas baseadas na utilização da mão de obra da família, pequena escala de produção, vinculados ao ciclo da natureza, além de produzirem produtos básicos e de baixa agregação de valor, por isso, é possível afirmar que são categorias de produtores dependentes do crédito e de políticas públicas, para permanecerem na atividade produtiva e no processo de reprodução social no campo.

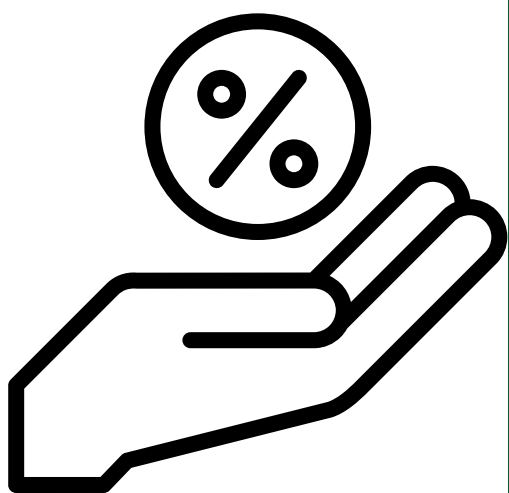


O Sistema de Informação da Economia Solidária - SIES, demonstrou que apenas 10% dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil recorreram a empréstimos e financiamentos para superar suas dificuldades produtivas.

É NECESSÁRIO SUPERAR ENTRAVES

Portanto, pode se afirmar que o baixo índice de acesso ao crédito é devido a rigidez das normas estabelecidas pelo Sistema Financeiro Nacional no tocante aos financiamentos para empreendimentos da economia solidária, ou seja, são produtos financeiros prontos “de prateleira” direcionados, na maioria das vezes, para grandes culturas e para produtores e organizações que têm sua estratégia produtiva direcionada a produção de commodity e aos processos industriais de grande escala.

Evoluir no desenvolvimento do cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária no país, pressupõem superar entraves, ainda cotidianos na vida das cooperativas, sobretudo no que se refere ao acesso ao crédito.



Citaremos alguns desafios que a Unicafes, em parceria com as cooperativas associadas, governo e instituições financeiras, vem trabalhando com o propósito de simplificar e viabilizar o acesso ao crédito para as cooperativas.

SAIBA QUAIS SÃO OS DESAFIOS



a) Superar a falta de garantias reais:

A ampla maioria das cooperativas são de constituição recente e, foram organizadas para superar dificuldades nas áreas da produção, agro industrialização e comercialização, portanto, o patrimônio (bens) acumulado por algumas cooperativas (barracão, caminhão, câmeras fria, terreno, etc..) além de ser pequeno e de baixo valor, normalmente é cedido em forma de comodato e não podem ser oferecido como garantia de empréstimos. Diante disso, é fundamental criar mecanismos de garantias solidárias, como o aval conjunto dos associados ou a utilização de fundos garantidores específicos para esse público, bem como, outros documentos que possam garantir a viabilização do financiamentos, como por exemplo, contratos de "recebíveis".



b) Melhorar as informações sobre crédito:

Os poucos recursos externos acessados pelas cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária, até então, são oriundos, na maioria das vezes, de fundos não reembolsáveis, destinados à apoiar as questões institucionais, por isso, afirma-se que estas organizações não possuem expertise em trabalhar com agentes financeiros e financiamento de crédito rural. Também é verdade afirmar que a falta de histórico de crédito das cooperativas dificulta a avaliação de risco por parte das instituições financeiras. Sendo assim, é necessário fortalecer a criação e o acesso a cadastros positivos, nos quais sejam registrados os pagamentos efetuados corretamente pelas cooperativas, bem como, a organização de toda a escrituração contábil e financeira.

SAIBA QUAIS SÃO OS DESAFIOS



c) Evoluir na gestão financeira:

A gestão financeira nas cooperativas da agricultura familiar ainda necessita ser modernizada e profissionalizada, para torná-la de fato um instrumento que contribua na gestão. Ações de curto e médio prazo estão sendo implementadas visando elevar o patamar de conhecimentos e possibilitar maior segurança no controle econômico destas organizações. Isso passa por compreender a importância estratégica da gestão financeira numa organização cooperativa, como também no domínio de ferramentas básicas que auxiliam no controle efetivo do fluxo econômico/financeiro e na tomada de decisão. Portanto, o processo já iniciado de formação e capacitação de colaboradores e gestores é condição fundamental para dar suporte na gestão financeira destes empreendimentos.



d) Melhorar a visibilidade dos projetos e suas potencialidades:

Para além das ações de formação e capacitação nas área de gestão da produção, institucional, agroindustrial e comercial as cooperativas da agricultura familiar enfrentam dificuldades para dar visibilidade a seus projetos e suas potencialidades, o que pode prejudicar, além do negócio da cooperativa a obtenção de crédito. Neste sentido é importante investir em estratégias de marketing e comunicação para aumentar a visibilidade dessas cooperativas, promovendo seus produtos, aprimorando a relação com os consumidores e melhorando os resultados.

SAIBA QUAIS SÃO OS DESAFIOS



e) Ampliar a disponibilidade de apoio técnico e profissional:

A carência de apoios técnicos nas diversas áreas que compõem uma organização cooperativa, ainda constitui-se um dos principais entraves para o desenvolvimento do cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária. A realidade econômica para a maioria das cooperativas ainda dificulta pagar por serviços técnicos especializados, tendo que recorrer, na maioria das vezes, pelo serviço de extensão rural pública, disponível em alguns Estados da Federação. Especificamente na área de crédito é fundamental as cooperativas dispor de apoio técnico para a elaboração de projetos, demonstrando a viabilidade dos empreendimentos e aumentando as chances de aprovação do crédito. Portanto, o processo já iniciado de formação e capacitação de colaboradores e gestores é condição fundamental para dar suporte na gestão financeira destes empreendimentos.



f) Contribuir na formulação e negociação de linhas de crédito específicas e adequadas:

Uma das principais demandas de crédito para as cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária está relacionada a necessidade de capital de giro. Algumas das atuais linhas de crédito pública disponibilizadas, embora, prevê recursos para capital de giro, são inadequadas, seja, pelas altas taxas de juro cobradas e prazos incompatíveis.

LUTA ESTRATÉGICA

A luta das cooperativas por linhas de crédito mais específica para a realidade da economia solidária, constitui-se uma das bandeiras de luta estratégica.

A grande maioria dos empreendimentos econômicos e solidários enfrentam algum ou vários dos desafios elencados acima e por isso não atendem as exigências legais para acessar aos recursos financeiros disponíveis no mercado.

O baixo índice de acesso a crédito não compromete apenas a capacidade de investimento das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, mas também sua disponibilidade de capital de giro para resolver pendências financeiras no dia a dia de suas atividades. Como os pequenos empreendimentos apresentam pouca disponibilidade de caixa, muitas vezes não resistem a oscilações na demanda. Os efeitos destrutivos desta oscilação podem ser atenuados por serviços financeiros adequados a sua realidade (Abramovay, 2004).

A questão relacionada à insuficiência de capital de giro está intimamente relacionada a algumas dificuldades que são próprias do processo de comercialização, tais como a falta de condição do empreendimento de fornecer condições adequadas ao comprador, inclusive possibilitando a venda a prazo, e de negociação com os fornecedores no tocante ao volume de produtos intermediários a serem adquiridos, muitas vezes em função da incapacidade de estocagem de matéria-prima (Rêgo, 2014).

São várias as políticas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar, que tem o objetivo de promoção da segurança alimentar entre a população mais vulnerável, mas também de dinamizar as economias na agricultura familiar. Contudo, para acessar tais políticas, as cooperativas da agricultura familiar necessitam organizar processos de planejamento produtivo, de agroindustrialização, logística, gestão, além de se organizar em redes de comercialização ou centrais regionais, estaduais de comercialização, desafios que demandam investimento. Há demandas para diversas modalidades de crédito: custeio, investimento agroindustrial, capital de giro, financiamento cota parte para empreendimentos cooperativistas, bem como políticas de fomento dos produtos comercializados.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO

A integração da agricultura à indústria nacional promoveu inúmeras transformações nas formas de produzir e, especialmente, na organização fundiária no país. O modelo de desenvolvimento estabelecido no financiamento público foi visto como alternativa para superação dos problemas com abastecimento de alimento, esse processo foi associado à Revolução Verde, transição demográfica e crescimento econômico concentrado.

Os sinais de estresse da política de crédito agrícola foram intensificados durante a década de 1980, motivados pela crise fiscal, processo de redemocratização e emergência dos movimentos sociais no país. Durante a década de 1990, houve um forte movimento para apropriação do conceito de desenvolvimento rural na promoção de políticas públicas para o meio rural, esse processo foi fortalecido pelas reivindicações e exigências dos agricultores familiares e trabalhadores rurais que foram excluídos das políticas públicas.

Nesse sentido, o período foi marcado pelo estabelecimento de um quadro institucional favorável para adoção de políticas sociais e programas públicos de reconhecimento da agricultura familiar no país. Diante desse ambiente, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi um símbolo de reconhecimento dessa população.

A criação do programa estabeleceu um novo cenário para a agricultura familiar no país e, posteriormente, diversas políticas públicas foram concebidas para o fortalecimento do público.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO

O surgimento dessas políticas não foi de forma natural, o processo de reconhecimento institucional foi motivado pelos embates por parte dos setores da agricultura familiar e estudos científicos que buscaram evidenciar a importância dessa população na segurança alimentar, desenvolvimento local e ocupação da população rural (MATTEI, 1999).

Ao longo do tempo, o PRONAF tornou-se o programa público mais relevante para a agricultura familiar considerando aspectos como abrangência e quantidade de recursos aplicados. As intenções iniciais do programa tratavam sobre o desenvolvimento sustentável no meio rural, constituído por meio da participação dos setores da agricultura familiar no âmbito institucional, tinha como objetivo o aumento da capacidade produtiva, geração de renda e emprego no campo. Além do mais, buscava-se melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, proteger o meio ambiente, promover competitividade no setor e estimular os processos de participação social na governança pública.

Dessa forma, novamente, o governo brasileiro estabeleceu, no crédito agrícola, a estratégia principal para modernização da agricultura familiar e superação da pobreza no meio rural. Durante a implementação do programa, confirmou-se sua relevância para a agricultura familiar no país e, com o passar dos anos, ficou evidenciada a opção institucional no crédito rural para desenvolvimento rural. Os sucessivos aumentos de recursos aplicados justificaram o programa no âmbito governamental, além do mais, reconheceram a agricultura familiar como categoria própria no meio rural.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO

Diversos estudos foram realizados para investigar os efeitos do PRONAF na agricultura familiar, dado à relevância do programa no aspecto institucional e na produção agropecuária familiar. Em diversos estudos, a literatura apresenta a relevância do programa para desenvolvimento da agricultura familiar considerando aspectos produtivos e inserção aos mercados nacionais, entretanto, outros elementos são considerados durante as análises, como a concentração do programa em públicos específicos e regiões com maior dinamismo econômico, além do mais, é possível considerar elementos produtivistas e seletivos que o PRONAF herdou da política de crédito rural das décadas anteriores.

Durante anos, o programa tem passado por diversas transformações e, atualmente, reúne uma diversidade de enquadramentos que buscam reconhecer contextos e necessidades para superação das desigualdades no meio rural e as Cooperativas possuem muitas dificuldades para acesso as linhas já existentes.

Em 2023, após quatro anos de interrupção o Governo federal retoma Plano Safra da Agricultura Familiar com redução de juros para a produção de alimentos. Destaca-se que é o maior volume de recursos da série histórica, estímulos à produção sustentável de alimentos saudáveis, incentivos à compra de máquinas agrícolas, ampliação do microcrédito produtivo para agricultores familiares do Norte e do Nordeste, mais crédito para as mulheres rurais e acesso à terra entre outros.



AS MULHERES E O ACESSO AO CRÉDITO

Vivemos em uma sociedade que historicamente foi demarcada pela pobreza e desigualdade sociais e de gênero. Neste contexto, as mulheres são as que mais sofrem, sobretudo, pela exclusão gerada pela divisão sexual do trabalho que resulta nas dificuldades delas terem garantido o direito às políticas públicas de acesso à documentação, a terra, ao crédito, a assistência técnica e qualificação.

Nota-se que no campo do crédito e fomento específico para as mulheres pouco avançou. Esta realidade é resultado dos diversos entraves, seja ele de ordem institucional e legal ou da própria exclusão e negação gerada pela cultura do patriarcado e do machismo que insistentemente, nega a capacidade produtiva e de autonomia das mulheres.

Outra dificuldade encontrada pelas mulheres vai desde a burocratização dos bancos na liberação dos projetos, por falta de funcionários capacitados para atender as demandas específicas das mulheres, a falta de interesse e dificuldade de diálogo com os agentes financeiros que costumam impor uma lógica que exclui a forma de produzir das mulheres.

Como forma de resistência e enfrentamento a este modelo imposto, as mulheres têm buscado cada vez mais fortalecer sua identidade enquanto agricultoras familiares, se afirmando politicamente através da participação e atuação em suas organizações de representação tais como: associações e coletivos de mulheres, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Cooperativas e Redes.



AS MULHERES E O ACESSO AO CRÉDITO

Essa participação feminina vem abrindo caminhos e gerando avanços no acesso das mulheres a diferentes linhas de crédito, inclusive o Pronaf Mulher, que por sua vez é precedida pelo acesso à documentação, à titulação da terra, e lhes assegura outras conquistas: produzir, comercializar, gerar renda, acessar bens e serviços, melhorar a qualidade de vida pessoal e familiar.

Apesar da agricultura familiar, ter como base, a produção que considera os modos de vida, com múltiplas identidades, com capacidades de resistência e de inovação, ainda assim, notamos que no dia a dia das relações no trabalho, os homens são os mais privilegiados, sobretudo, quando se refere ao acesso a política de crédito. Na maioria dos casos, as mulheres se sentem sem a autonomia e conhecimento e condições para acessarem o crédito específico (Pronaf Mulher), principalmente quando na propriedade familiar o homem já acessou outra linha de crédito.

Mesmo com todos os obstáculos e desafios vivido pelas mulheres na conquista de sua autonomia e empoderamento sociopolítico e econômico, diversas são as experiências desenvolvidas pelas mulheres para mudar suas vidas e de suas famílias, seja elas, de forma individual e ou coletiva, de acesso à linha de crédito, aos fundos rotativos, trocas solidárias, entre outras.

Contudo, para que as mulheres de fato avancem no acesso as políticas públicas que lhes são de direitos, se faz necessário, criar possibilidades de pensar a sustentabilidade na agricultura familiar a partir do olhar feminino que não abdica da tarefa de questionar o lugar e os papéis sociais designados às mulheres, a condição de subordinação e discriminação que ao longo da história, foi vivido pelas mulheres. Essa empreitada requer muitas mentes, mãos e pés de mulheres e homens que nas organizações sociais, nas instituições financeiras, nos órgãos estatais definem diretrizes e implementam políticas propulsoras da justiça social.

SOLUÇÕES PARA ACESSO AO CRÉDITO

É do conhecimento de todos que, apesar dos avanços na inclusão financeira no Brasil, os negócios comunitários (cooperativas, associações, grupos informais...) e empreendedores de menor porte, ainda encontram sérias dificuldades de acesso ao crédito produtivo para conseguirem ampliar seus negócios.

Os dirigentes das cooperativas conhecem bem a importância que o crédito tem na ativação dos negócios, sejam eles, para estimular a produção, a agro industrialização e a comercialização. Entre as diversas políticas governamentais existentes no país, a política agrícola já é bem consolidada, e o crédito rural é sem dúvida um dos instrumentos mais importantes para estimular o desenvolvimento deste setor

Existem diversos agentes financeiros e diversas linhas de crédito disponíveis, destinadas a financiar iniciativas produtivas para as cooperativas. Então vem a pergunta. Porque é tão difícil para uma cooperativa acessar crédito? E isto fica ainda mais difícil quando falamos de pequenas cooperativas.



Entre as diversas políticas governamentais existentes no país, a política agrícola já é bem consolidada, e o crédito rural é sem dúvida um dos instrumentos mais importantes para estimular o desenvolvimento deste setor.

SOLUÇÕES PARA ACESSO AO CRÉDITO

A Unicafes tem clareza de que as cooperativas necessitam de crédito para se desenvolverem e, por isso, está empenhada na busca de Soluções Financeiras para tornar o acesso ao crédito mais simplificado e ágil. Essa luta é ampla e, necessita do engajamento das cooperativas associadas. Dizer que necessitam de mais crédito, não é suficiente. As cooperativas precisam ser mais propositivas e, afirmar quais são os problemas que enfrentam para acessar o crédito. As cooperativas precisam dizer quais são os entraves, internos e externos que necessitam ser superados. Quais demandas de crédito são prioritárias.

Acredita-se que, com estas informações sobre a realidade das cooperativas, as Soluções Financeiras poderiam ser melhor estruturadas. Para auxiliar os debates, a Unicafes apresenta três Soluções Financeiras que necessitam ser construídas, com objetivo de superar gargalos no acesso ao crédito, sem contudo, restringir o debate de outras temas, sobre o crédito, que julgarem pertinentes.



Solução 01 - Estabelecer relações/negociações construtivas com os Agentes Financeiros locais/regionais, conhecer as linhas de créditos disponíveis no mercado e as respectivas condições

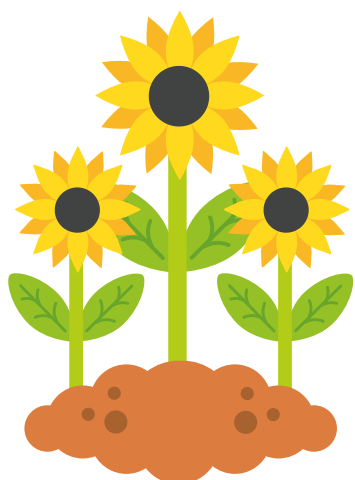
SOLUÇÃO 01

As negociações, especialmente as negociações para a obtenção de financiamento rurais por cooperativas agropecuárias, devem ser precedidas de relacionamento com o agente financeiro. O bom relacionamento com um banco acontece, principalmente, quando ele é o principal agente financeiro da cooperativa. Para as cooperativas de extrativistas e agricultores familiares que buscam financiamentos rurais do Pronaf o bom relacionamento deve ser feito com uma cooperativa de crédito ou um banco que opera Pronaf.

Portanto, é necessário interagir com a cooperativa de crédito ou banco, de forma constante e fazer diálogos frequentes. Com isso o conhecimento de um sobre o outro - do banco e da cooperativa - torna-se cada vez mais sólido e permanente. O significado da palavra crédito, que vem do latim *creditum*, significa "cresça, confiança, empréstimo". Crédito é confiança ou segurança na verdade de alguma coisa. Só há confiança com diálogo frequente e com informações transparentes.

- Neste sentido, como é o relacionamento da tua cooperativa com os agentes financeiros locais?

- Os dirigentes conhecem as linhas de crédito e as condições disponibilizadas?

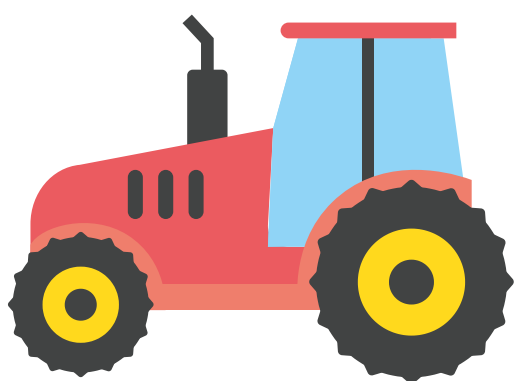


Solução 02 - Qualificar os projetos de financiamento das cooperativas associadas a Unicafes para facilitar o acesso ao crédito

SOLUÇÃO 02

Significa elaborar projetos de financiamento que reflita a real necessidade e, que possa efetivamente, contribuir para que as cooperativas alcancem os objetivos previstos. A elaboração de um bom projeto de crédito é uma das condições básica para uma organização poder acessar qualquer financiamento, por isso, deve haver coerência entre a solicitação do crédito com as informações institucionais, produtivas, financeiras e econômicas da cooperativa. Além disso, um bom projeto de crédito, deve oferecer as informações mínimas exigidas por qualquer agente financeiro no que se refere aos indicadores contábeis, sustentabilidade e econômico. Esta condição é imprescindível para que o projeto possa ser analisado pelo agente financeiro.

Sua cooperativa quando busca recursos externos, faz cálculos de quanto vai pagar de juros, quanto necessita produzir a mais para devolver o capital mais os juros, quais impactos irão acontecer na vida financeira da cooperativa, etc.?



Solução 03 - Superar os entraves documentais e colocar as cooperativas em condições de acessar crédito

SOLUÇÃO 03

Uma das questões que dificulta o acesso ao crédito são as pendências documentais que estas organizações normalmente possuem em relação aos órgãos públicos, sejam federal, estadual e municipal. As vezes pendências tributárias, débitos trabalhistas, previdenciários, entre outros.

Por outro lado, observa-se também no tocante aos aspectos relacionados a organização documental interna, diversos problemas que, só aparecem quando a cooperativa necessita de financiamento, ou seja, é comum as cooperativas não possuírem Ata de posse da direção, não ter livro de Registro das reuniões dos Conselhos; Balanços e DREs com pendência, títulos protestados, nomes de dirigentes inscrito no Serasa, entre outros.

- A sua cooperativa possui toda a documentação institucional atualizada?
- A cooperativa possui alguma restrição em relação aos órgãos federal, estadual e municipal?

PECSOL



UNICAFES

Líder Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária



SESCOOP

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

INFORMATIVO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO (PECSOL)

**O PECSOL oferece assessoria para
elaboração de projetos para acesso
às linhas do PRONAF para as
Cooperativas.**

Entre em contato conosco!

**UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE
AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Texto

Ari de David
Assessor institucional da Conexsus e
da Unicafes Rio Grande do Sul

Organização e produção

Daiane Benso/Ascom Unicafes

**SDS Edifício Conjunto Baracat, N° 27
Salas 212/213, Brasília, DF, Brasil
(61) 3964-4462
comunicacao@unicafes.org.br
www.unicafes.org.br**

